

PARECER nº 041/2017 – GECON/PROJUR/FEPECS.

Processo nº 064.000271/2017-Fepecs.

Ementa: Inexigibilidade de licitação, art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666/93.

À

Unidade de Administração Geral/Fepecs

I – Relatório

Tratam os autos de contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT, cujo objeto é a aquisição de normas técnicas, na área de documentação e informação utilizadas na editoração e padronização do conteúdo de documentos (livros, artigos científicos, relatórios, relatos de experiência, etc.) para utilização na Biblioteca Central/Fepecs.

Constam dos autos para esta contratação: Termo de Referência aprovado (fls.16/22), Justificativa para a escolha do fornecedor (fls.13 e 16/17), Resolução INMETRO nº 07/1992 com determinação de Foro Nacional de Normatização (fls. 47/51), Pedido de Compra de Material nº 15/2017 (fl.25), Proposta da empresa (fls. 26/37), Disponibilidade de Recursos Orçamentários - Ano 2017 (fl.39), documentação comprobatória dos valores praticados pela Associação no âmbito dos demais contratos firmados com os setores público e privado (fls. 40 e 45/46) e Certidões Negativas da Associação (fls. 53/56).

II - Fundamentação

Da licitação

Como regra geral, a supremacia do interesse público fundamenta a exigência de *licitação prévia* para contratações da Administração Pública. Entretanto, no caso apresentou-se viável a *inexigibilidade de licitação*, como único caminho para a contratação.

Assim, o dispositivo que regulamenta a contratação em comento está previsto no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Folha nº	79
Processo nº	064.000241/2014
Rubrica	Mat. 104.435.3

"Art.25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição
..."

Da Inexigibilidade de Licitação

A contratação direta por inexigibilidade de licitação não equivale à contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação; exige-se um procedimento prévio em relação às peculiaridades do contratado.

Segundo a legislação, a inexigibilidade de licitação deriva da inviabilidade de competição. As causas de inviabilidade, segundo sua natureza, envolvem situações derivadas de *circunstâncias atinentes ao sujeito* a ser contratado e abrange também os casos relacionados com a *natureza do objeto a ser contratado*.

Oportuno lembrar que a Procuradoria Geral do Distrito Federal decidiu matéria semelhante recentemente, emitindo o Parecer nº 185/2017-PRCON/PGDF (fls. 58/67), recomendando a adoção parametrizada dos requisitos do Parecer Normativo nº 726/2008-PROCAD/PGDF, publicado no DODF nº 73, de 16 de abril de 2009, às fls. 68/72.

Assim, tendo por base os requisitos constantes do Parecer Normativo nº 726/2008-PROCAD/PGDF, publicado no DODF nº 73, de 16 de abril de 2009, no *Item 2.5 - Contratação direta para fornecimento de periódicos*, que determina que essa contratação, circunscreve na contratação direta, com pálio no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, desde que se cumpra com o seguinte:

- "a) indicação perfeita do objeto a ser contratado pela Administração (art. 14), fl. 16;
- b) aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente (art. 7º), fl. 22;
- c) confirmação da existência de recursos orçamentários para fazer frente à despesa estimada (art.7º, § 2º, inciso III), que deverão estar em conformidade com o orçamento estimado em planilhas (art. 40, § 2º, inciso II), fls. 39;
- d) autorização da autoridade competente para a realização da despesa por inexigibilidade (art. 38, caput) – a ser providenciado;
- e) juntada aos autos o termo do contrato a ser firmado (art. 38, inciso X, da Lei nº 8.666/93), se for o caso, o qual deve seguir a orientação descrita anteriormente, fls. 73/77;
- f) comprovação de que o preço é compatível com o praticado no mercado (art. 26), fls. 40 e 45/46;
- g) justificativa da inexigibilidade (art. 26), fls. 13 e 47/51;

- h) razões para a escolha do contratado (art. 26), fl. 13;
- i) despacho da autoridade superior ratificando a inexigibilidade (art. 26), a se providenciado;
- j) escolha do executor do contrato por parte da Administração, idem;
- k) obrigatoriedade de a Administração fiscalizar a execução do objeto do contrato;
- l) previsão de que são aplicáveis ao contrato as cláusulas exorbitantes dos contratos administrativos."

Analisando os elementos constantes dos autos, verifico que a descrição do objeto é clara e objetiva, Termo de Referência aprovado e há indicação de recursos orçamentários para cobertura da referida despesa. Constatam ainda justificativas da escolha do fornecedor e do preço proposto (fls.13, 16 e 45/46) e Resolução INMETRO nº 07/1992 com determinação de Foro Nacional de Normatização para a ABNT (fls. 47/51), emitida pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO (fls. 47/51).

Assim, os requisitos legais para a contratação foram cumpridos, tendo em vista que a situação geradora da inexigibilidade está embasada na exclusividade no fornecimento das Normas Técnicas, de propriedade da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT, (fls. 47/51).

Em tempo, por determinação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, contida no Ofício-Circular nº 17/2015-GP, fl.50, *item b*, foram anexados catálogos eletrônicos da ABNT (fls. 27/37), correspondência eletrônica da ABNT (fl.45) e Despacho GRM/UAG (fl.46) acerca da documentação comprobatória dos valores praticados pela contratada no âmbito dos demais contratos firmados com os setores público e privado, justificando a vantajosidade dos valores contratados.

Assim, deverão ser observadas as imposições legais acostadas no artigo 26 da Lei de Licitações e Contratos que exige, para o caso em questão, a autorização do Ordenador de Despesas para a aquisição do bem por inexigibilidade e posterior ratificação pela Diretoria Executiva, bem como, publicação na imprensa oficial, como condição para a eficácia dos atos.

Após, deverá o Ordenador de Despesa desta Fundação, *autorizar* a despesa, a emissão da Nota de Empenho, a liquidação e o pagamento.


Por último, juntamos minuta de termo de Contrato, examinada e aprovada por esta Procuradoria Jurídica, conforme dispõe o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, fls. XX/XX.

III – Conclusão

Diante do exposto, opina esta Gerência pelo deferimento da contratação com base no art. 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93, adotando recomendação dada pela Procuradoria Geral do Distrito Federal no Parecer Normativo nº 726/2008-PROCAD/PGDF (fls. 58/67).

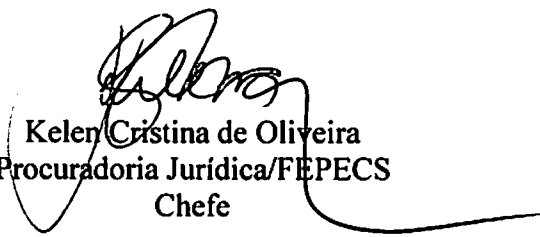
Nesta oportunidade, e em atenção ao Decreto nº 36.757, de 16 de setembro de 2015, publicado no DODF nº 180 de 17 de setembro de 2015, art. 5º, II, deverá esta Administração verificar a necessidade, pertinência e razoabilidade da presente contratação, tendo em vista o equilíbrio orçamentário e financeiro do governo do Distrito Federal.

Brasília – DF, 13 de julho de 2017.




Suely Cássia Silverio
Gerência de Contratos e Convênios/PROJUR
Gerente

De acordo.
Encaminhe-se.



Kelen Cristina de Oliveira
Procuradoria Jurídica/FEPECS
Chefe

Folha nº	81
Processo nº	064.000.271/2017
Rubrica	 Mat. 124435-3